



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4782B

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Servidores da Câmara Municipal de Montes Claros

Autoria: Executivo Municipal

Data: 02/09/1997

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 13/2000. Autoriza o Poder Executivo a conceder reajuste de vencimento aos servidores do município; institui a gratificação denominada "Pó de Giz", e contém outras providências. (Referente à Lei nº 2.825, de 01/04/2000).

Controle Interno – Caixa: 23.1

Posição: 07

Número de folhas: 05

Especie: PL
Categoria: Servidores da prefeitura
a: 23.1
Ordem: 07
nº fls: 03



13/2000

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2000

AUTOR:

PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REAJUSTE DE
VENCIMENTO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE E CONTÉM
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Caixa

MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 30/03/2000
- 2 - À COM. LEG. JUSTIÇA
- 3 - Aprovado em regime de Urgência em
- 4 - 01.04.2000 conf. Livro de
- 5 - Parecer de Projetos
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REAJUSTE DE VENCIMENTO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a partir de 01 de abril de 2000, reajuste de 11,03 % incidentes sobre o vencimento base dos cargos de provimento efetivo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Montes Claros, bem assim do pessoal que presta serviços a esta municipalidade mediante contrato administrativo.

Parágrafo Único - O reajuste de que trata este artigo incidirá ainda sobre os proventos dos aposentados pela Prefeitura Municipal de Montes Claros e sobre os valores das pensões pagas pelo tesouro municipal.

Art. 2º - Fica instituída por esta Lei, a título de incentivo, a gratificação "pó de giz" que será concedida ao professor(a) da rede municipal, enquanto se achar o mesmo na regência de turmas ou de aulas.

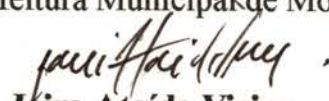
Parágrafo Único - A gratificação a que se refere o "caput" deste artigo será paga mensalmente ao professor, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do seu vencimento base, a ele não se incorporando para qualquer efeito legal.

Art. 3º - A fim de atender as despesas decorrentes desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a promover, mediante decreto e se necessário, a suplementação de dotações próprias do orçamento municipal em vigor, através de remanejamento com a anulação parcial ou total de outras dotações do mesmo orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros(MG), 30 de março de 2000.


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 30 DE MARÇO DE 2000
x _____
PRESIDENTE

ASS. PRESIDENTE

Somente para fins de

processo

Vanildo Macebo



PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Montes Claros, 30 de março de 2000

OFÍCIO Nº: GP/038/2000
ASSUNTO: Encaminhando Projeto de Lei
SERVIÇO: Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei anexo, que autoriza este Executivo a conceder reajuste de vencimento aos servidores municipais e dá outras providências.

O reajuste de vencimento ora proposto tornou-se necessário para recuperar em parte o poder aquisitivo dos servidores municipais, face à inflação e ao valor do novo salário mínimo, contemplando servidores do quadro efetivo, inativos, pensionistas e contratados.

É oportuno salientar que, não obstante o nosso desejo de poder conceder um reajuste em maior índice, entretanto nos achamos impossibilitados de assim proceder, tendo em vista não apenas as dificuldades financeiras de que padece o nosso município, mas também em face das limitações que nos são impostas pela legislação em vigor, dentre elas a chamada Lei Rita Camata.

Referido projeto propõe ainda a instituição da gratificação "pó de giz", como forma de incentivo ao docente em regência de turmas ou aulas, estando esta medida em consonância com a política de valorização do magistério preconizada pela lei que instituiu o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, bem assim de outros instrumentos legais pertinentes à educação.




PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Esperando a aprovação unânime dessa Edilidade, com a urgência que esta matéria requer, apresentamos a V. Exa. e aos demais Vereadores nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Silveira de Sá
DD. Presidente da Câmara Municipal
MONTES CLAROS-MG

